Atualidades

A CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO (Medida Provisória 1.925, de 14.10.1999)

HAROLDO MALHEIROS DUCLERC VERÇOSA

1. Os favorecidos da Cédula de Crédito Bancário — CCB (art. 1º). 2. A natureza jurídica da CCB (art. 1º, "caput" e art. 3º). 3. A extensão monetária das obrigações do devedor (art. 3º, § 1º). 4. Os requisitos da CCB (art. 4º). 5. A circulação da CCB (art. 5º, IV e § 1º). 6. As garantias da CCB (arts. 2º e 5º a 15). 7. Do protesto da CCB (art. 17). 8. Dos Certificados de Cédulas de Crédito Bancário (art. 19). 9. Conclusões.

Recente estudo feito pelo Banco Central do Brasil procurou avaliar a razão do grande *spread* que se verifica entre as taxas de captação e as de aplicação das instituições financeiras. Os resultados, divulgados ao público, demonstraram que, além da *cunha fiscal* e de outras causas diversas, uma grande parte do aludido *spread* é originado do risco de inadimplência dos tomadores de empréstimos daquelas empresas. Entre diversas medidas que foram propostas pelo BACEN ao Governo, e que estão sendo progressivamente adotadas por meio de normas jurídicas legais e regulamentares diversas, está o novo título de crédito criado por meio da Medida Provisória 1.925, de 14.10.1999 (DOU 15.10.1999).

Esse novo papel objetiva dar às instituições financeiras mecanismos mais aptos a garantir seus interesses na concessão de crédito, eliminando antigos entraves na constituição do crédito sob a forma de um título representativo de dívida líquida e certa e lhes dando um amplo e enorme poder para sua cobrança. Nesse sentido, pode-se comparar a Cédula de Crédito Bancário com o mais poderoso míssil nuclear dotado de múltiplas e mortais ogivas. É o que

se poderá verificar a partir do breve estudo que em seguida se faz.

1. Os favorecidos da Cédula de Crédito Bancário — CCB (art. 1º)

O foco na CCB não está voltado para o emitente (qualquer pessoa física ou jurídica), mas, isto sim, para as pessoas de seus favorecidos, na condição exclusiva de instituições financeiras e a entidades a estas equiparadas.

O conceito de instituição financeira é dado, como se sabe, pelo art. 17 da Lei 4.595/64, ou seja, "as pessoas jurídicas públicas ou privadas que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros".

As instituições financeiras dependem de autorização do BACEN para funcionar (Lei 4.595/64, art. 18) e, de maneira geral, correspondem aos diversos tipos de bancos, de sociedades de crédito, financiamento e investimentos e de caixas econômicas.

A elas são equiparadas, para os fins da legislação bancária, as empresas de *leasing*.

O novo título de crédito será utilizado, portanto, para favorecer a cobrança de operações de crédito concedidas por instituições financeiras ou entidades a elas equiparadas, integrantes do Sistema Financeiro Nacional, cuja composição é dada pelo art. 1º da Lei 4.595/64, do qual fazem parte o próprio BACEN, o Banco do Brasil S/A e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, que, evidentemente, poderão valer-se da CCB em suas próprias operações de crédito.

Desde que a obrigação representada pela CCB esteja exclusivamente sujeita à lei e ao foro brasileiros, o título poderá ser emitido em favor de instituição financeira domiciliada no exterior. Neste caso, o valor poderá ser expresso em moeda estrangeira.

2. A natureza jurídica da CCB (art. 1º, "caput" e art. 3º)

A CCB assume a forma de uma promessa de pagamento, emparelhada, portando, à Nota Promissória, mas que passa a apresentar contornos nitidamente diferenciados, previstos no texto legal que a criou.

Do ponto de vista processual, trata-se de um título executivo extrajudicial, representando dívida em dinheiro certa, líquida e exigível. O seu valor corresponderá à importância nela expressamente indicada ou, se for o caso, pelo saldo devedor demonstrado em planilha de cálculo, ou nos extratos de conta corrente, emitidos pelo credor.

Com essa solução, o legislador *ad hoc* procurou afastar as exceções que os devedores pudessem fazer quanto à certeza, liquidez e exigência da dívida, na forma de defesa prévia. Os lançamentos feitos pelo credor contra o devedor gozarão de fé pública, e formarão com o principal da CCB ou por si próprios, o montante da obrigação cartular, uma vez que integram o valor do título.

Caberá ao devedor o ônus de provar que os cálculos efetuados pelo credor destoaram das avenças entre eles celebradas e, assim, procurar elidir eventuais excessos praticados por este último.

Pode-se, dessa forma, classificar a CCB como um título de crédito estrito senso, dotado de cartularidade, literalidade, autonomia, causalidade e dependência. Causalidade porque necessariamente originada de uma determinada operação de crédito. Dependência porque está vinculada ao fato de que elementos externos à cártula a integrarão nos direitos e obrigações nela mencionados.

3. A extensão monetária das obrigações do devedor (art. 3º, § 1º)

Considerando que, atualmente, em face da falta de regulamentação do art. 192 da Constituição Federal, as instituições financeiras não estão sujeitas a qualquer limitação na fixação dos encargos fixados para seus devedores, a expressão desses fica na exclusiva dependência do credor que pode livremente estabelecê-los.

Dessa forma, somando-se ao valor do principal da operação de crédito concedida, na CCB poderão ser pactuados:

- os juros da dívida, *capitalizados ou não*, os critérios de sua incidência, a periodicidade da capitalização (se for o caso), bem como as despesas e os demais encargos decorrentes da obrigação;
- os critérios de correção monetária ou de atualização cambial da dívida, na forma da lei;
- os casos de mora, de multas e penalidades contratadas e as hipóteses de vencimento antecipado da dívida; e
- o valor do ressarcimento à instituição financeira concedente do crédito, pelo próprio emitente ou por terceiro garantidor, das despesas de cobrança da dívida e dos honorários advocatícios extrajudiciais, que não poderá ultrapassar o limite de 10% do valor total devido.

Portanto, estamos diante de mais um caso legal de capitalização de juros, à semelhança do que ocorre com as cédulas de crédito rural, comercial e industrial, admitidos pelo STJ na Súmula 93.

O ressarcimento das despesas de cobrança da dívida e dos honorários advocatícios extrajudiciais levará o credor, quando efetivado, ao lado das outras verbas componentes do total da dívida, à situação de perda nula diante do inadimplemento do devedor, uma vez que a instituição credora tenha se cercado das devidas garantias na concessão do crédito. Nesse sentido, o instrumento ora criado é de insuperável utilidade para as instituições financeiras.

Para chegar ao montante da obrigação, representada pela CCB, bastará à instituição financeira credora elaborar planilha de cálculo ou apresentar os extratos de conta corrente do cliente, ou ambos os documentos, que farão parte da cartularidade daquele título. As exigências formais correspondem à clareza, precisão e facilidade de entendimento e compreensão por parte do devedor quanto ao valor total da dívida, seus encargos e despesas contratuais, a parcela de juros e os critérios de sua incidência, a parcela de correção monetária ou cambial e as correspondentes a multas e demais penalidades contratuais, as despesas de cobrança e os honorários advocatícios.

Quando se tratar de operação de *contrato de abertura de crédito bancário em conta corrente*, a CCB será emitida pelo valor total do crédito posto à disposição do emitente. Neste caso, compete ao credor discriminar nos extratos de conta corrente ou nas planilhas de cálculo (a serem anexadas à CCB), as parcelas que foram efetivamente utilizadas, os aumentos eventuais do limite inicialmente concedido, as eventuais amortizações da dívida e a incidência dos encargos nos vários períodos de utilização.

O exame das exigências formais estabelecidas pelo legislador leva à conclusão no sentido de que a dívida do emitente da CCB estará perfeitamente constituída em

todo o montante contratado, desde que a instituição credora tenha sido transparente em sua configuração, ou seja, haja efetuado o devido *disclosure* perante o devedor. Isto porque, com a nova legislação, inexistem quaisquer limites aos termos materiais da operação de crédito: as taxas, os encargos e as demais obrigações serão aquelas *de mercado*.

4. Os requisitos da CCB (art. 4º)

Os requisitos formais da CCB estão previstos expressamente no art. 4º da MP 1.925/1999. Como em todos os títulos de crédito, a ausência de um ou alguns deles leva à descaracterização do documento como tal, notando-se não haver a previsão do seu suprimento, como ocorre com a letra de câmbio e a nota promissória na lei própria. Nesse caso, a pretensão do credor em receber o valor devido poderá ser efetuada tão-somente pela utilização dos institutos do direito comum e não do direito cambiário, isto é, nesta hipótese, o credor somente poderá se valer da ação de cobrança pelo procedimento ordinário e não mais pelo procedimento executivo ou falencial. A CCB incompleta constituirá um princípio de prova.

Os elementos essenciais são:

I — a denominação “Cédula de Crédito Bancário”, fator que corresponde à *cláusula cambiária* específica;

II — a promessa do emitente de pagar a dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível no seu vencimento, ou no caso de dívida oriunda de contrato de abertura de crédito bancário, a promessa do emitente de pagar a dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível correspondente ao crédito utilizado;

III — a data e o lugar do pagamento da dívida e, no caso de pagamento parcelado, as datas e os valores de cada prestação ou os critérios para essa determinação;

IV — o nome da instituição credora, podendo conter a cláusula à ordem;

V — a data e o lugar de sua emissão; e

VI — a assinatura do emitente e, se for o caso, do terceiro garantidor da obrigação, ou de seus respectivos mandatários.

O art. 4º, § 2º da MP 1.925/1999 determina que a CCB será obrigatoriamente emitida por escrito, *em tantas vias quantas forem as partes nela intervenientes*, assinadas pelo credor, pelo emitente e pelo terceiro garantidor, se houver, ou por seus respectivos mandatários, a cada um deles cabendo uma via. Somente a via do credor será negociável, devendo constar nas demais a expressão *não negociável*.

Não foi objeto de tratamento específico a questão da perda, destruição ou extravio da via original. Nestes casos, considerando que as outras vias não podem ser negociadas, deverá ser aplicado o art. 36 do Decreto 2.044, de 1908, promovendo-se a anulação do título, prestando-se a sentença de anulação a substituí-lo para todos os efeitos legais.

De acordo com o § 4º do art. 4º da MP 1.925/1999, a CCB poderá ser aditada, retificada e ratificada *mediante documento escrito*, datado, passando esse documento a integrar a Cédula para todos os fins.

Como se verifica, não recorreu o legislador, no caso da CCB, ao instituto cambial do *alongamento ou anexo*, que se presta especialmente, nos títulos de crédito, a receber endossos que não caibam no seu espaço original (Decreto 57.663, de 24.1.1966, art. 13). O objetivo do alongamento está na proteção dos princípios da cartularidade, literalidade e autonomia, impedindo-se que direitos cambiários encontrem-se dispostos fora do título, para o fim de serem impedidos problemas relativos ao seu conteúdo e alcance, especialmente em favor de terceiros de boa-fé.

Assim sendo, a solução adotada para a CCB não é a ideal, podendo ser entrevis- tos grandes problemas jurídicos nas áreas acima citadas, como já tem ocorrido com relação ao recibo das duplicatas, feito em outro documento que não a própria cártula.

5. A circulação da CCB (art. 5º, IV e § 1º)

Diz o § 1º do art. 5º da MP 1.925/1999 que a CCB *poderá ser objeto de cessão de acordo com as disposições do direito comum*, caso em que o cessionário, mesmo não sendo instituição financeira ou entidade a ela equiparada, ficará sub-rogado em todos os direitos do cedente, podendo, inclusive, cobrar os juros e demais encargos na forma pactuada na Cédula.

A questão dos juros na circulação da CCB em favor de cessionário que não seja instituição financeira será, certamente, um foco de problemas pois, como se sabe, a liberdade de pactuação de juros somente se dá para aquelas. As pessoas *comuns*, digamos assim, físicas e jurídicas, continuam submetidas às disposições da Lei da Usura e da MP 1.820, de 5.4.1999 (com as conseqüentes edições posteriores e sucessivas), caso em que o limite de juros convencionais é de 12% ao ano. Ora, se os juros na CCB forem livre e expressamente pactuados em favor do credor instituição financeira em termos de *taxas de mercado*, esse elemento poderá constar diretamente da literalidade do documento. Quando este circular diante de favorecido que não seja instituição financeira, poderá ser discutida a pretensão de cobrança junto ao devedor daquilo que venha a exceder os juros legais. E, evidentemente, a CCB poderia ser utilizada, justamente, como instrumento de fraude à lei, de forma a permitir credor que não seja instituição financeira a conseguir juros mais elevados do que aqueles aos quais teria direito diretamente.

Em primeiro lugar, é altamente estranhável essa orientação adotada pelo legislador, uma vez que todos os títulos de crédito anteriores, sem exceção, podem circular cambialmente, ou seja, por meio de endosso. Além dos títulos de crédito mais tradicionais, como as letras de câmbio e as notas promissórias, as cédulas de crédito industrial, comercial e rural também assim o fazem, taxativamente.

A adoção da cessão pelas regras do direito comum traz todos os conhecidos

problemas de circulação do crédito com os vícios eventuais do negócio subjacente, os quais contaminam a transmissão do crédito, na falta da autonomia cambial. Esse fator acarretará, certamente, insegurança e incerteza na aquisição de crédito constituído pela CCB, justamente o que o legislador parecia desejar superar.

Não leva essa opção do legislador ao ponto de proibir a circulação do crédito representado pela CCB, pois a cessão pelos recursos do direito comum a tal efeito não chega. Se tal fosse a intenção do legislador, ela teria proibido a cessão civil e incluiria expressamente a cláusula *não à ordem*.

Aliás, para demonstrar a aparente incongruência do legislador, um dos elementos do título corresponde, justamente, à cláusula à ordem, conforme visto acima. E, como se sabe, tal cláusula proporciona a circulação de um título de crédito pela via cambiária, ou seja, por meio de endosso.

A solução do problema é dada pelo disposto no § 5º do art. 19 da MP 1.925/1999, ou seja:

1. a CCB *pode conter a cláusula à ordem*. Neste caso, ela circulará por endosso tal como qualquer título de crédito; ou

2. a CCB *pode não conter a cláusula à ordem*. Sua circulação dar-se-á, então, por meio de cessão civil de crédito.

Por conseguinte, notam-se, de um lado, a adoção de uma forma de circulação problemática e, de outro, evidente ausência de boa técnica legislativa.

A propósito, não seria necessário ao legislador autorizar a cessão do crédito representado pela CCB, uma vez que é regra geral de direito que os bens podem ser livremente cedidos pelos seus titulares, fora as exceções e restrições legais taxativas.

6. As garantias da CCB (arts. 2º e 5º a 15)

A CCB poderá ser emitida sem ou com garantia. Neste último caso, a garantia pode tomar as formas real ou fidejussória, cedularmente constituídas. Essa expressão sig-

nifica que a garantia faz parte integrante do próprio título, abrangida, portanto, pelos conceitos de *cartularidade*, *literalidade* e *autonomia* dos títulos de crédito. Dessa forma, a garantia regularmente constituída terá existência cambiária: valerá pela expressão de sua literalidade, circulará com a circulação do título e não ficará sujeita a questões relacionadas com o negócio jurídico subjacente.

Tais características de garantia procuram dar o máximo de certeza da sua existência, extensão e segurança quanto à sua execução, se necessária.

A garantia da CCB pode ser constituída por qualquer tipo de bem, no sentido jurídico do termo. O art. 6º, *caput*, da MP 1.925/1999 refere-se tautologicamente a *bem patrimonial de qualquer espécie*, disponível e alienável, móvel ou imóvel, material ou imaterial, presente ou futuro, fungível ou infungível, consumível ou não, cuja titularidade pertença, evidentemente, ao próprio emitente ou a terceiro que venha a ser garantidor da obrigação principal. Portanto, não há restrições aos tipos de bens que podem formar a garantia da CCB.

Cuidando-se de *penhor de direitos*, este constituir-se-á pela mera notificação ao devedor do direito apenhado. Para efeito de prova, a referida notificação deverá ser feita, evidentemente, por escrito, não sendo o caso de exigir-se, sequer, que seja efetuada por Cartório de Títulos e Documentos. O recibo em documento particular, dado pelo devedor, preencherá o requisito legal ora referido.

A questão da cartularidade da garantia é resolvida de duas formas: sua constituição pode dar-se na própria CCB (o que eliminará alguns problemas possíveis quanto à prova em causa); ou é possível fazê-lo em documento separado, devendo existir, neste caso, referência expressa no próprio título.

É necessário fazer-se a devida descrição e individualização do bem, de maneira a facilitar-se a sua identificação. Este é um

aspecto essencial da CCB, pois, entre outros aspectos, a garantia em causa pode ser constituída, como visto acima, por bens fungíveis e consumíveis, os quais, uma vez destruídos do ponto de vista econômico, deverão ser repostos para o efeito de garantia na mesma qualidade e quantidade. A descrição e a individualização do bem poderão ser substituídas pela remissão a documento ou certidão expedida por autoridade competente, a qual integrará a CCB para todos os fins.

A garantia prevista para a CCB é a mais ampla possível, abrangendo o principal da obrigação garantida, todos os seus acessórios, benfeitorias de quaisquer espécies, valorizações a qualquer título, frutos e qualquer bem vinculado ao bem principal por acessão física, intelectual, industrial ou natural. A fim de torná-la ainda mais eficaz, deu-se ao credor o direito de averbar, no órgão competente para o registro do bem constitutivo da garantia, a existência de qualquer outro bem por ela alcançado.

Até a efetiva liquidação da obrigação garantida, os bens por ela abrangidos não poderão, sem prévia autorização escrita do credor, ser alterados, retirados, deslocados ou destruídos, nem poderão ter sua destinação modificada, exceto quando a garantia for constituída por semoventes ou por veículos, automotores ou não, e a remoção ou o deslocamento desses bens for inerente à atividade do emitente da CCB, ou do terceiro prestador da garantia.

Sabendo-se que pode ser constituída a garantia com bens consumíveis ou fungíveis, verifica-se, portanto, que o seu consumo e substituição deverão ser prévia e expressamente autorizados pelo credor.

É também prerrogativa do credor, quanto aos bens constitutivos de garantia pignoratícia ou objeto de alienação fiduciária, permitir que permaneçam sob a posse direta do emitente ou do terceiro prestador da garantia, nos termos da cláusula de constituto possessório. Neste caso, as partes deverão especificar o local em que o bem será

guardado e conservado até a efetiva liquidação da obrigação garantida.

É estabelecida responsabilidade pela guarda e conservação do bem constitutivo da garantia na pessoa do emitente e solidariamente com o terceiro prestador, se for o caso. Para esse efeito, se a garantia for prestada por pessoa jurídica, esta indicará representantes.

A eficácia da garantia pignoratícia ou da alienação fiduciária diante de terceiros depende tão-somente, no caso de veículos automotores, da averbação do ônus no respectivo órgão de trânsito, no qual deve ser feito o registro para a aquisição ou transferência de direitos.

A perenidade da garantia pode ser alcançada mediante exigência deferida ao credor da realização de seguro do bem, até a efetiva liquidação da obrigação garantida, vindo o credor a ser indicado como exclusivo beneficiário da apólice e estando autorizada a receber a indenização para liquidar ou amortizar a obrigação garantida.

Na hipótese acima poderá ocorrer seguro e indenização correspondente por valor superior ao da obrigação garantida. Neste caso, mesmo não estando previsto na lei, ocorrendo o sinistro e paga a obrigação pelo banco, este deverá devolver ao devedor a diferença correspondente.

Ocorrendo desapropriação do bem, dano ou perecimento por fato imputável a terceiro, o credor sub-rogar-se-á no direito à indenização devida pelo expropriante ou pelo terceiro causador do dano, até o montante necessário para liquidar ou amortizar a obrigação garantida.

É facultado ao credor exigir a substituição da garantia ou o seu reforço, nas hipóteses de sinistro, desapropriação, dano, perecimento, perda, deterioração ou perecimento do bem, renunciando ao direito à indenização correspondente, conforme o caso.

A eficácia da CCB, em si mesma, não depende de qualquer registro, mas as garantias reais, por ela constituídas, ficam su-

jeitas aos registros ou averbações legais, para o fim de valerem contra terceiros.

7. Do protesto da CCB (art. 17)

Os protestos para aquisição de direito regressivo e requerimento de falência, quando correspondentes a créditos representados por CCBs, poderão ser encaminhados por cópia, desde que a instituição credora declare estar de posse da sua única via negociável, e indique o valor pelo qual será protestada, inclusive no caso de protesto parcial.

8. Dos Certificados de Cédulas de Crédito Bancário (art. 19)

Com a finalidade de proporcionar às instituições financeiras credoras de CCB um mecanismo de alavancagem dos valores por ela representados, tanto no mercado nacional como internacional, foi prevista a criação do Certificado de Cédulas de Crédito Bancário. Este título deve ter lastro efetivo em CCBs, as quais deverão ser mantidas em custódia em instituição financeira. A negociação desses Certificados poderá, por sua vez, ser feita com pessoas integrantes ou não do Sistema Financeiro Nacional.

Os Certificados poderão ser desdobrados ou reagrupados segundo a conveniência do emitente ou do seu adquirente.

Em se tratando de operação no mercado internacional, os recursos correspondentes deverão ser registrados como capital estrangeiro no Banco Central do Brasil.

Tais Certificados poderão ser emitidos sob a forma física ou escritural e registrados em arquivos magnéticos organizados pelo emitente. Seus requisitos são:

- a) o local e a data de emissão;
- b) o nome do depositante das CCBs;
- c) o nome da instituição financeira emitente;
- d) a denominação "Certificado de Cédula de Crédito Bancário";
- e) a expressa indicação da respectiva cédula ou cédulas que originaram a sua emissão, o valor do principal, os encargos convencionados, a época de amortização, total ou parcial e o vencimento final;
- f) o nome dos emitentes devedores das CCBs; e
- g) o lugar e as datas de pagamento do resgate do principal e dos encargos das CCBs.

9. Conclusões

Como se verifica, as instituições financeiras foram agraciadas com um título de crédito que lhes dá uma enorme força econômica contra os devedores, tendo sido superados alguns obstáculos de direito material e processual que prejudicavam os seus interesses.

Se é verdade que as garantias que cercam tal instituto em muito virão a diminuir os riscos bancários, espera-se que seja produzido o efeito da redução dos juros nas operações com elas realizadas.

Aos emitentes de tais títulos resta a certeza de que devem o valor correspondente e, diante da sua cobrança pelo credor, usando conhecida expressão do ex-professor de Direito Comercial da Faculdade de Direito da USP, Philomeno Joaquim da Costa, *paguem e não bufem!*

São Paulo, outubro de 1999